

10. DEZ. 1975

# Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 17 (Nova Série) 11/17 de Novembro de 1975 Preço 4\$00

## 11 DE NOVEMBRO: de Cabinda ao Cunene

*O POVO NO PODER*

# MIPLA



**semana política:**

- R. RENASCENÇA
- SÉCULO
- A LUTA NO MCS
- A BURGUESIA COM O "ALMIRANTE"
- CONSTRUÇÃO CIVIL EM GREVE
- 123 AUTO-SANEAMENTOS NOS "PÀRAS"

**lições duma revolução**





Lisboa acerca do **PLENÁRIO DAS CTS**

.....  
 dum camarada da armada:  
**POR UMA "CDAP"  
 DEMOCRÁTICA!**

«CAMARADAS QUAIS AS TAREFAS QUE SE NOS IMPÕE PARA CURTO PRAZO?

«ORGANIZAR 'E COMO CONSEQUÊNCIA' ARRANCAR JÁ COM A PALAVRA DE ORDEM 'LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA.»

Eu pergunto a todos os fuzileiros o que é isso de organizar?

Atenção que eu não pretendo ofender ninguém, até porque eu acredito que todos nós temos a mínima ideia sobre o que é organização.

Camaradas eu apareço agora a falar-vos sobre organização, mas não vou tentar obrigar-vos a organizar, nem tentar obrigar-vos a pertencer a uma organização. Eu apenas quero fazer-vos um alerta, porque encontramos-nos numa fase que é preciso que estejamos todos muito alertados.

Pois neste momento a burguesia está à rasca, e faz pressão sobre oficiais da laia deles, já que muitos ainda se encontram em pontos chave, tentando lançar deste modo uma ofensiva reaccionária, o que significa uma grande ameaça ao processo revolucionário e nitidamente também uma grande ameaça às conquistas já alcançadas pelos trabalhadores. Quero dizer-vos que no Conselho da «revolução», já se fala em desnacionalizações, e muito se tem discutido a saída do Fábão e Otelu, mas para isto quero lembrar-vos que no Grande Plenário das Praças da Armada foi por todas as pessoas que enchiam o salão dados votos de confiança a Otelu e Fábão.

Portanto, como podeis verificar, as praças da Armada sabem bem o que querem. Isso leva-me a acreditar que no dia do plenário estavam lá praças que não vêem com bons olhos a CDAP. Mas o que é certo é que isso além de não valer nada, não chega para que se possa transformar a CDAP num órgão verdadeiramente revolucionário.

Então o que é que se deve fazer? É muito fácil, se todos nós nos agarrarmos ao trabalho sem grande esforço, visto que é um trabalho só de cabeça:

1.º — Não podemos deixar de discutir sobre política todas as vezes que entendemos mesmo que haja oficiais reaccionários que não queiram que a gente discuta.

2.º — Aproveitar todas as reuniões e plenários na Escola e pôr-se à votação, por iniciativa dos camaradas, propostas de vários tipos, mesmo contra posições da CDAP e assim contribui-se dia após dia para uma CDAP do gosto de todas as praças da Armada, da nossa vontade.

Vamos portanto ver se acabamos de vez de dizer só mal da CDAP.

**EM FRENTE COM UMA CDAP «VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICA»** e que deixe de ser manipulada pelas cúpulas!

**LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA**

Podia ter sido bem mais importante a reunião das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, realizada no dia 8 deste mês.

Dizemos que podia ter sido muito importante porque é pela **coordenação dos órgãos de poder popular que se criam as condições para formas superiores de luta anticapitalista**, ainda por cima na fase decisiva em que actualmente nos encontramos, em que a questão central é a questão do Poder. Por outro lado as organizações de classe dos operários, como é o caso, são aquelas a que pertence a direcção da luta, devendo por isso ser exemplares, mostrando claramente que a democracia proletária não é um mito, mas sim a forma de organização dos trabalhadores antes e depois do derrube da burguesia, enquanto existirem classes, enquanto a ideologia burguesa não desaparecer.

**Ora o que veio a ser o chamado Plenário das C T's da Cintura Industrial de Lisboa?**

Com o fim de levar a cabo uma manifestação 9a 18 Setembro, em Lisboa, surgiu não se sabe bem como, um secretariado provisório. Nessa altura foi convocada a reunião agora realizada.

A notória obediência ao P. C. do dito Secretariado não levou à condenação à partida desta iniciativa por parte de to-

dos quantos seguem a linha de orientação diversa.

Pelo contrário, para todos os que defendem o desenvolvimento da organização dos trabalhadores, como base da vitória da luta pelo socialismo, iniciativas como esta afiguram-se muito importantes visto que abrem um espaço importante de debate entre órgãos de poder popular possibilitando, desde que decorram em termos correctos, o reforço da organização.

E convém nunca esquecer que o reformismo se combate e se vence no terreno da luta, não temendo o confronto de posições, antes aproveitando todas as oportunidades para demonstrar às massas trabalhadoras o seu oportunismo e a sua incapacidade.

A reunião veio demonstrar que os seus promotores, mais do que interessados em servir e fortalecer a organização dos trabalhadores, pretendem servir-se dela e instrumentalizá-la.

**O plenário não visou lançar as bases que permitissem uma coordenação de esforços entre as C T's**

Procurou-se antes criar um órgão fantoche (o tal Secretariado Provisório, que parece querer passar a definitivo) que permita, quando for necessário, veicular «apartidariamente» as palavras de ordem do P. C. P.

Por tudo isto, a reunião decorreu em ambiente de «golpaça», sucedendo-se toda a espécie de irregularidades, de modo a impedir a expressão de todos os que não concordavam com a opinião do Secretariado, logo tratados como «boicotadores».

Na 1.ª parte, um elemento do Secretariado fez a análise política da situação actual, sem focar questões como o M. F. A., C. da Revolução, questão do Poder, tarefas dos trabalhadores, etc. A mais ninguém foi permitido intervir (a mesa era constituída pelo Secretariado, claro!).

Na parte da votação dos resultados do trabalho por secções, e estando presentes e tendo feito numerosas intervenções muitas pessoas não pertencentes a quaisquer Comissões de trabalhadores (dirigentes sindicais e trabalhadores não identificados, convocados não se sabe para quê), a mesa propôs que toda a gente votasse, no que foi derrotada, ultrapassando depois este «contratempo» não fazendo qualquer espécie de controlo das votações. Por outro lado, muitos dos membros de C. T.'s presentes não estavam mandatados para tomar posição em nome das respectivas Comissões, embora votassem sempre.

A discussão foi sistematicamente interrompi-

da por numerosos requerimentos, bastando dizer que em menos de 3 horas «discutiram-se» e aprovaram-se a totalidade das teses, que eram desconhecidas para a maior parte das comissões presentes.

Na parte final, das conclusões, estas foram aprovadas por aclamação, porque após a sua leitura, houve palmas! Nem discussão, nem se perguntou se havia votos contra ou abstenções.

Concluindo: **para que serviu esta reunião?** Para aprovar uma série de textos, sem que essa aprovação tenha qualquer significado, devido à maneira burocrática e controlista como tudo se passou. As teses aprovadas vão servir de orientação para a acção dos trabalhadores, vão perspectivar, vão dirigir as suas lutas? NÃO! Vão contribuir apenas para o descrédito de todo este processo. O menos que se pode dizer é que foi prestado um mau serviço à causa da organização e poder dos trabalhadores isto é, à causa do socialismo.

Mas uma coisa é certa: contra todos os inimigos e dificuldades contra os oportunismos de todos os matizes, a classe operária, as massas trabalhadoras vão avançando, reforçando a sua organização construindo o seu poder. A luta é longa, mas a vitória é certa!

**mais uma carta...**

A minha carta tem por fim apoiar e confirmar o artigo publicado no «Poder Popular» n.º 15, com o título **Um esclarecimento que se impõe: Quem é Pires Veloso?**

Ao ver tal não podia ficar parado, pois esse testemunho veio lembrar-me a então recruta de 1956, na Granja do Marquês, que frequentei como aluno mecânico de avião, onde era comandante de instrução o capitão Pires Veloso, que tinha por hábito tratar todo o mundo por «Zé», «pá»...

**Não nos restavam dúvidas da sua ligação à P. I. D. E.**, alguns colegas nossos foram abordados por ele «capitão polícia de Estado» nesse sentido, e os fascistas dessa recruta alinharam mais tarde na Gestapo Portuguesa. Não me recordo do nome desses assassinos, já lá vão quase vinte anos, mas lembro-me do seu ingresso.

Um dos que me recorde — um tal Cavaco, em Vila Real de St.º António...

Existia nesse tempo na B. A. 1, um «descarado» pedia furriel do Serviço Geral de nome Landeiro, que era o braço direito do sr. capitão (pudera, da mesma seita!).

**Mais uma vez se prova que há muitos pides à soita, e em lugares-chave.** Neste caso fardados com estrelas de lata, defendendo o capitalismo de qualquer

**QUEM É PIRES VELOSO?**

maneira, nem que para isso seja necessário ordenar aos soldados para abrir fogo contra os seus irmãos!

Os anos passaram, e cada um dos recrutas desse tempo foi para seu lado, mas lembro-me de alguns nomes ou alcunhas de camaradas da mesma especialidade, que, se não viraram fachos P.P.D.'s, C. D. S.'s P. S.'s ou E. L. P.'s, terão a obrigação e em prol da revolução portuguesa testemunharem denunciando «as boas maneiras fascistas pidescas do então sr. capitão Veloso». São eles:

**Do curso de mecânicos de avião** — Jacques, «Mouraria», Vasco Carvalho, Silva, Laurindo, «Nariz de Porco», Guy, Laranjeira, Araújo, «471», Frieiras, Salvador, Joaquim Martins, «Alverca», Picobêa», «Galinhas», Torres.

**De outras especialidades** — Virgílio Frazão, «n.º1» (rádiotelegrafistas), cabo Borracha, Viegas, furriel Vargas.

Camaradas, bem unidos derrotaremos os fascistas mascarados sejam eles quem forem, tenham eles o tacho que tiverem.

**Fora com o Pires Veloso!**  
**Reaccionários fora dos quartéis, já!**

**A reacção não passará!**

**Viva o poder popular!**

V. C. ex-recruta de 1956 — mecânico de avião.



## COMUNICADO DO COMANDO DA PM

«A destruição do emissor da Rádio Renascença é um crime vergonhoso contra a liberdade de Informação e principalmente contra os trabalhadores deste país.

Não há qualquer justificação, mesmo em termos de ideologia burguesa, já de si criminoso, para semelhante atitude.

Só o desespero a que chega a burguesia pode justificar o acto terrorista legitimado pelos órgãos do Poder dito revolucionário.

É mais uma provocação miserável em que os soldados foram metidos.

Que isto sirva de lição a todos os soldados do nosso país.

Tudo tem um lado mau e um lado bom. Que saibamos aproveitar o lado bom deste atentado terrorista do poder burguês. A razão que explica aquela atitude, é que a burguesia está perdendo as suas forças, bate em retirada nalgumas frentes enquanto vai mostrando os dentes para assustar, e, utilizando o preconizado pela tática militar, destrói o material que não pode utilizar.

Camaradas, a hora é de luta e de alerta. Devemos reforçar a nossa unidade com os trabalhadores, apurar a nossa consciência revolucionária e sabermos, cada vez melhor, distinguir quem é o nosso verdadeiro inimigo.

Os camaradas soldados pára-queidistas que foram instrumentalizados para o odioso atentado, já disseram que tinham sido enganados, já é a segunda vez que são enganados...

E se-lo-ão de novo se não criarem, desde já, a sua organização, e se não impuserem a sua força.»

## contra os falsos socialistas

Em resposta a um comunicado do P.S. que condena a acção da Polícia Militar afirmando que esses elementos vestem indevidamente a farda do Exército português, o comité de luta dos pára-queidistas e Polícia Aérea do Depósito Geral de Adidos da Força Aérea (D.G.A.F.A.) divulgou um comunicado em que repudia «o insultuoso comunicado do P.S., contra os camaradas da Polícia Militar.

O comité de luta rejeita o apoio do P.S. à acção de destruição da Rádio Renascença perguntando: «Então que socialismo se pretende quando se apoiam os «páras» que colaboraram na destruição da voz

da classe operária representada na Rádio Renascença».

O comunicado sublinha que os pára-queidistas deixaram de pertencer ao A.M.I., quando tomaram consciência da sua acção, referindo que este foi «o nosso motor de arranque para a luta que agora desenvolvemos e que é a luta contra a reacção que o P.S., e não só, representa».

Depois de dispensar «os vivos aos pára-queidistas por parte do P.S.» e afirmar a sua solidariedade aos camaradas da Polícia Militar, o comité de luta afirma a terminar: «Camaradas da P.M.: estamos convosco. Não ao comunicado insultuoso. Não à reacção.»

# EDITORIAL

1. A vitória da ofensiva popular é possível? Está as forças sociais e políticas revolucionárias em condições de unificar as energias e os esforços necessários ao derrube do poder burguês?

A resposta a estas questões tem vindo a ser dada pelo movimento de massas que cada vez mais isola os chefes tradicionais do movimento operário e reduz a margem de manobra das forças da contra-revolução.

Cada passo dado, cada objectivo parcial alcançado pela ofensiva popular mais reforça a convicção entre os operários de vanguarda e os elementos mais conscientes que estão à cabeça do movimento de massas, de que é necessária a consolidação rápida de uma nova direcção política para liderar consequentemente a ofensiva popular. Também os chefes tradicionais do movimento operário o pressentem. Por isso apelam ao movimento dos soldados e marinheiros para que não hostilize o MFA... A nova direcção do movimento de massas, que se afirma em alternativa à reformista, não aponta para a recriação da vanguarda pequeno-burguesa progressista que foi o MFA. A nova direcção do movimento de massas aponta para um programa de classe, consequente com os interesses históricos do proletariado, que dotará o movimento popular de massas dos objectivos e dos meios necessários à aniquilação do Estado burguês e à edificação do poder dos trabalhadores. Ela aponta para a criação da vanguarda de classe, sem a qual a Revolução Socialista não é possível. Ela aponta para o armamento do Poder Popular, para a formação de um verdadeiro exército popular, sem o qual não é possível a vitória da ofensiva popular.

vezes dissemos. Duas linhas disputam entre si essa direcção: a linha reformista que sempre dirigiu o movimento operário durante o fascismo, expressando as aspirações mais recuadas da massa operária num projecto de conciliação de classes, e a linha revolucionária que exprime os interesses históricos do proletariado.

A liderança tradicional dos reformistas, se hoje está posta em causa, não está de modo nenhum aniquilada. Supô-lo seria perigoso aventureirismo e demonstração prática de ignorância da luta real do operariado e das massas. E tal ilusão é tanto mais perigosa quanto pode traduzir-se no desprezo pelo trabalho persistente que é necessário levar por diante, esse trabalho de toupeira que é a base segura do triunfo da revolução.

A linha revolucionária tem generalizado a ofensiva popular contra o poder burguês lutando por um governo revolucionário. Os revolucionários têm dirigido o movimento popular contra as arremetidas do poder burguês, orientando-o para objectivos de avanço, reforço e armamento de poder popular. Mas tem de se caminhar mais rapidamente no fortalecimento da direcção política da luta de massas que condensa em si as aspirações concretas e os interesses históricos do proletariado; tem de se consolidar mais rapidamente a unidade revolucionária em todas as frentes de combate; tem de se generalizar audaciosamente a ofensiva, dirigindo toda a energia revolucionária das massas para o fim último, para a conquista do poder de Estado.

3. A luta emancipadora que nós travamos na nossa Pátria tem ainda uma dimensão internacionalista que tem estado bem presente na emoção com que a classe operária inclui no seu programa de luta o reconhecimento do MPLA como vanguarda do heróico povo angolano. Ao conluio neocolonialista em Angola em que o sexto Governo participa submisso, os revolucionários e a classe operária opõem a aliança anti-imperialista entre o povo Angolano e o povo Português, assumindo inteiramente os deveres do internacionalismo proletário. A ofensiva popular vitoriosa em Portugal e a resistência popular generalizada em Angola derrotarão os inimigos comuns: o imperialismo e as forças da reacção internas. A ofensiva popular vitoriosa imporá o reconhecimento do Governo do MPLA, único poder legítimo que representa os interesses do povo de Angola.



## RIF — contra manobras divisionistas

Os soldados do Regimento de Infantaria de Faro, reunidos em plenário, no passado dia 6, com a presença de representantes do D. E. S. T/Lagos e elementos da Armada, aprovaram pontos vários. Transcrevemos alguns deles:

«Os soldados do R. I. F., como filhos do povo, repudiam todas as manobras divisionistas tendentes a desorganizar-nos e reafirmam o total apoio às classes trabalhadoras e suas organizações unitárias de base em defesa das conquistas revolucionárias rumo ao socialismo.

«Condenam as atitudes repressivas do comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Pizarat Correia e do comandante-interino deste Regimento, ten. cor. Caniné, contra os soldados presentes na alocação do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo em Faro, no dia 4/-75, e manifestam o seu voto de desconfiança aos referidos militares.

«Repudiam o bando de mercenários do A. M. I. (agrupamento Militar de Intervenção) como força repressiva ao serviço da burguesia, destinada a reprimir a luta das classes trabalhadoras. EXIGEM A SUA DISSOLUÇÃO IMEDIATA!

«Apoio incondicional de todas as lutas dos soldados e marinheiros nas diversas unidades — EM FRENTE COM AS COMISSÕES DE SOLDADOS! Libertação imediata do aspirante Filipe de Oliveira, preso no Presídio Militar de Santarém.»

2. É verdade há muito aprendida, que os partidos políticos mais não reflectem do que interesses das classes sociais. A crise dos partidos políticos do nosso País reflecte a agudização das contradições entre as classes sociais. Os partidos políticos estão em profunda mutação e a sua recomposição tende a destruir o papel das forças interclassistas típicas como o P. S., para entregar a direcção política às forças de classe que podem disputar o poder na sociedade: a burguesia ou o proletariado. **Dispõem a burguesia ou o proletariado de direcções partidárias unificadas?** Não. Se o PPD é o partido que, sem dúvida, melhor reflecte a defesa dos interesses da burguesia no seu conjunto, o facto de a crise política estar generalizada às Forças Armadas e de, sem força militar, nenhuma classe social poder ganhar a batalha decisiva, leva a que a burguesia procure um «patrão» entre os chefes militares reaccionários que a una e dirija na luta pela sobrevivência. O que tantas vezes já sucedeu na história e está na origem dos fascismos e das ditaduras militares.

E por banda do proletariado? Também aí não há direcção política única, como tantas e tantas

ASSINATURA

# Poder Popular

6 meses 1000 00

12 meses 2000 00

apoio 400 5 00

estrangeiro Europa 5000 00

Nome

Morada

Endereço

Profissão

ENVIO CHEQUE N.º

BANCO

ENVIO VALE DE CORREIO N.º

Journal semanal — todas as 4.ª feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e impressão Renascença Grafica, S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa



## a luta na construção civil



O sector da Construção Civil tem sido um dos mais atingidos pela crise do capitalismo: despedimentos, recusa de cumprimento de acordos salariais, falências, fuga de patrões, etc.

Contudo, os trabalhadores não cruzaram os braços. Ao abandono e à fuga dos patrões, responderam com a ocupação das empresas, tomando o seu destino nas suas próprias mãos — caso do J. Pimenta, Grão-Pará, Xavier de Lima, ... A recusa de cumprimento de tabelas de salários exigidas no contrato colectivo respondem os trabalhadores com formas de luta avançadas — como acontece neste momento — em que todo o sector se encontra em greve geral, que se manterá na 2.ª, 3.ª e 4.ª feira, culminando com uma concentração na próxima 4.ª feira no Terreiro do Paço, realizando-se, de seguida, uma manifestação até ao Ministério do Trabalho.

A greve foi decidida pelas Comissões de Trabalhadores do sector e delegados sindicais, reunidas com a Comissão Negociadora do Contrato Colectivo do trabalho na madrugada do dia 8 de Novembro em seguimento da reunião havida no Ministério do Trabalho, no dia anterior, em que este não deu seguimento ao compromisso assumido em 28 de Outubro. Os trabalhadores tinham dado ao Ministério um prazo de dez dias, que expirou no sábado, para que aceitasse as tabelas salariais. Perante a decisão do secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Curto, em recusar a proposta salarial inicial, contrapondo uma outra considerada inaceitável, os trabalhadores decidiram-se pela paralização total.

No comunicado que convocava a greve, a Comissão de Unidade Operária da Construção Civil-CUOCC exorta todos os seus camaradas a organizarem-se e a lutar, ao lado das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais, pois que «a maioria das direcções sindicais (entre elas as de Lisboa) têm tido até este momento, uma actuação profundamente negativa preparando-se para assinar à última hora, um acordo com Marcelo Curto».

Para já os trabalhadores mostram-se decididos a não ceder um palmo à chantagem social-democrata do acérrimo defensor dos patrões Marcelo Curto e do seu Ministério a que já muitos operários chamam das corporações, e que com os seus novos donos sociais-democratas (será por acaso?!), se tem oposto a todas as reivindicações dos trabalhadores, tomando firmemente posição ao lado do patronato.

Assim unidos em volta dos seus órgãos de Poder Popular — as Comissões de Trabalhadores encontram-se na firme disposição de continuar a luta exigindo salários que lhes possibilitem uma vida digna e não a miséria e a fome a que o Ministério do Trabalho, o VI Governo e o patronato os pretendem condenar.

OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL VENCERÃO!

## PENHA DE FRANÇA: experiências dum processo de luta

Numa freguesia com predominância pequeno-burguesa e com a esquerda dividida, a pró-comissão de moradores que existia há quatro meses demonstrava-se incapaz de travar lutas de massa, de ter uma linha de actuação coerente e de realizar plénários de moradores. Portanto mobilizava pouco a população e não conseguia eleger-se uma verdadeira comissão de moradores.

Através de um processo de transformação da nossa forma de actuar, verificou-se uma alteração na correlação de forças, a efectivação de ocupações de massas e a realização de um plénário onde foi aprovado um programa de lutas, eleita a comissão e aprovadas moções de conteúdo revolucionário. Queríamos, portanto, resumir algumas das nossas experiências, na esperança de que possam ser de utilidade para os camaradas revolucionários que militem em comissões de moradores.

nados à região, ao controlo das rendas, à participação das pessoas na comissão.

Outro de nossos erros importantes era a forma pela qual fazíamos as ocupações. Estas eram feitas de noite, sem participação popular, constituindo alvo de constantes ataques da reacção, como os comunistas que arrombaram as casas pela noite e as cedem por dinheiro, etc. e também alvo do descontentamento de trabalhadores que eram acordados às altas horas com o barulho e as discussões. Demos um grande salto ao passarmos a considerar as ocupações como actos políticos e de massas. Actualmente recebemos durante a semana as denúncias de casas desocupadas e no fim-de-semana, durante o dia e a tarde, realizamos várias ocupações sucessivas, com ampla participação da população, com distribuição de panfletos e comunicados (controlo das rendas, infantário popular, assembleia popular, programa de lutas, etc.).

contar com mobilizações de população francamente superiores, atingindo 100 a 200 pessoas, sendo que os sócios do clube ou as famílias destinadas ao «chalé» são convidadas para participarem das outras ocupações do dia, forma correcta de levar a luta contra o individualismo e aumentar o espírito de solidariedade e de luta comum entre os moradores.

E de ressaltar igualmente os esforços actuais que vamos desenvolvendo no sentido da globalização das diversas lutas. Assim se insere o projecto que pensamos levar à prática, de cooperativas de construção popular através das brigadas de desempregados, utilizando terrenos expropriados, ajuda do SAAL e parte do dinheiro recolhido do controlo de rendas das casas pela fórmula de Setúbal, segundo uma tabela em função dos rendimentos de cada família que aplicar o controlo das rendas e que deposi-

necessárias, e na recusa destes, a realização destas obras financiadas pelo depósito das rendas da casa no Fundo de Depósito ao invés de serem pagas a este senhorio, a aplicação da antes citada fórmula de Setúbal sobre o controlo das rendas de casas e o desenvolvimento de infantários populares de centros de alfabetização.

Mas grande parte dessas lutas só chegarão a bom termo se tivermos e capacidade política de unirmos os moradores aos trabalhadores e principalmente aos soldados, não só através de programas de lutas escritas, mas fundamentalmente através de lutas comuns constantes e diárias, aonde esta união saia dos documentos e penetre no dia-a-dia dos soldados e trabalhadores, ganhando substância material. Ai se inserem por exemplo o apoio dos moradores às empresas em autogestão, a realização de cooperativas de alimentos com o apoio dos camilhões da tropa, a partici-



Uma das nossas falhas era a atitude burocrática em relação ao atendimento das dezenas de pessoas que nos procuravam diariamente, com os mais diversos problemas. Mantínhamos uma atitude paternalista e apolítica, discutindo somente o problema particular e assumindo nós a responsabilidade da sua resolução. Isso por um lado representava a desmobilização das pessoas e por outro a transformação em funcionários de uma burocracia assistencial. Ao revermos esta atitude, passamos a responsabilizar as pessoas na maior parte possível da solução de seus problemas, contando com nosso apoio e assistência e além disso passámos a dedicar-nos a discutir uma série de outros problemas relacio-

Realizamos mini-assembleias entre os vizinhos mais próximos, aonde são debatidos os assuntos referentes à ocupação e outros, antes de efectivar cada ocupação. Além disso, passamos a colocar grandes cartazes e inscrições anunciando o que a comissão havia ocupado e também sobre as nossas principais frentes de luta.

Outro aspecto é o referente a darmos prioridade a ocupações de grandes «chalés» desocupados, para servirem a muitas famílias das que vivem nas barracas, ou para sedes de clubes sociais e culturais de trabalhadores. Isto não só tem o aspecto mais social e colectivo do que uma simples ocupação isolada para uma família, como também nos permite

tará uma certa parte da diferença entre a renda original e renda controlada no fundo comum dessa cooperativa. Embora isto ainda esteja em fase embrionária, divulgamos no sentido de que nos parece uma ponte muito correcta entre a luta dos desempregados, a dos sem-casa e a dos inquilinos. Evidentemente que isto exige um esforço organizativo brutal, mas o sucesso dependerá do funcionamento permanente e combativo dos plénários de desempregados, dos sem-casa e dos inquilinos.

Para referir-nos a outros aspectos significativos, citamos o exercício da lei do Porto sobre sublocação, a aplicação do decreto que obriga aos senhorios de fazerem por sua conta as obras

pação dos soldados em ocupações e na vigilância popular, etc.

Para concluir, voltamos ao grande plénário em que foi eleita a comissão de moradores, com hegemonia revolucionária e aprovadas 3 moções: uma exigindo a entrega do poder ao MPLA, outra de apoio à Rádio Renascença, «República» e Setubalense e uma terceira de apoio à luta dos soldados do RASP e CICAP, que pedia ainda a dissolução imediata do AMI, o saneamento de Pires Veloso e terminava com um significativo apelo aos soldados, que pensamos difundir amplamente: SOL-

DADO — NÃO MORRAS PELOS FASCISTAS E SOCIAL-DEMOCRATAS. VIVE E LUTA PELO PODER POPULAR.



# PORTO — Sé aprender com os moradores

Ao princípio da tarde chega à rua Pedro Ivo, nº45, no Porto, uma camioneta da Câmara Municipal. Objectivo: cumprir a sentença de despejo que recai sobre 3 famílias pobres com filhos pequenos que aí habitam desde Janeiro deste ano.

O proprietário do prédio é Américo de Oliveira, residente na rua Anselmo Braancamp (em casa burguesa) e proprietário de mais 8 prédios na cidade do Porto. Intransigente perante as famílias ocupantes da casa vaga já há 2 anos, recusa-se a qualquer contacto tendente a regularizar a situação, e leva o caso a tribunal. O tribunal burguês dá satisfação àquilo que dele se espera — ordem de despejo.

Voltamos à rua Pedro Ivo.

Segundo um comunicado da Associação de Moradores da Zona da Sé do Porto, «pelas 15.30 chegam ao local 2 carrinhas da PSP carregadas de guardas de capacete com viseiras, cassetetes e armados de G-3, à boa maneira fascista».

O comunicado prossegue: «Neste momento encontravam-se muitos populares que formando um cordão, impediam a polícia de entrar no prédio. Nesta altura a polícia carrega com o cassetete sobre o povo incluindo mulheres e crianças, enquanto no passeio em frente outros 3 polícias se colocavam em posição de ataque, de G-3 apontadas aos populares. Mas o povo unido não deixou que o despejo se efectuasse, não arredando pé do local até que os seus inimigos, que pretendem o fascis-

mo, se retirassem».

Camaradas, é isto que o povo trabalhador tem a esperar do VI Governo e seus agentes. No Porto, onde ainda por cima o governador civil já deu provas de que lado está — basta lembrar a carga policial sobre o Conselho Municipal precisamente no mesmo dia em que o VI entrou em exercício — e Pires Velloso já mostrou quem é durante a luta do RASP/CI-CAP, às massas populares devem estar preparadas para dar respostas às manobras da burguesia exploradora. Só a ofensiva popular poderá fazer frente à escalada terrorista do VI Governo e do Conselho da Revolução.

Camaradas, temos o dever de desmascarar estas manobras. Por isso, apelamos para os moradores e para a popu-

lação em geral no sentido de não permitir de forma alguma qualquer tentativa de despejo. Devemos assumir o corajoso exemplo dos moradores da Sé, e compreender que temos de contar acima de tudo com as nossas próprias forças, com a nossa própria organização, pois nada temos a esperar do Governo burguês a não ser violência e repressão.

Solidarizamo-nos com a Associação de Moradores da Zona da Sé, a quem saudamos pela forma decidida como interveio, bem como com a Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores de Paranhos, e dizemos com elas: **contra o decreto que proíbe as ocupações! Contra os despejos a famílias pobres! Casas sim barracas não! Em frente pelo Poder Popular.**

# AS 3 LINHAS FACE AO PODER POPULAR

Existe hoje no nosso país e na nossa sociedade aquilo que mais aterroriza a burguesia, que é a semente da sociedade nova e do poder novo, que é o poder popular, semente do poder democrático do proletariado, única garantia da sociedade socialista em que não têm lugar os exploradores, e onde nasce o poder novo que destruirá as FA e o aparelho de Estado burgueses, e a sociedade nova sem exploração nem opressão, que conduz à sociedade sem classes, ao comunismo. É esta seta apontada aos exploradores que suscita a ofensiva reaccionária na burguesia e alimenta, por outro lado, a ampla resposta de massas que nos coloca hoje perante uma situação revolucionária.

É por isso que interessa analisar quais são as linhas que se defrontam ao nível do Poder Popular. Três linhas fundamentais se defrontam, duas das quais é necessário combater pela sua incorrecção.

Uma linha é aquela que tem tentado estar na rua nas últimas semanas debaixo de palavras de ordem atrasadas, é aquela que entende por Poder Popular uma forma de modernizar e dinamizar o aparelho de Estado burguês e os sindicatos, aquela que confunde comissões de moradores com comissões de apoio às Juntas de Freguesia, comissões de trabalhadores com comissões de dinamização de vida sindical, é aquela, no fundo, que pretende fazer da movimentação de massas um trampolim para a conquista de posições no seio do aparelho de Estado burguês. É a linha defendida pelo reformismo que como sabemos tem como força fundamental o Partido Comunista Português. Esta linha reformista ficou claramente expressa na manifestação em Lisboa pró-conselho municipal, onde as comissões de moradores são postas a reboque do aparelho de Estado, em que dos 54 membros apenas 14 representam comissões de moradores, quando sabemos, além do mais, que nem todas são verdadeiros órgãos do Poder Popular.

A 2.ª linha é a esquerdista defensiva, bem menos importante na influência real na luta das massas, que diz não haver Poder Popular mas sim órgãos de «vontade», como se os trabalhadores não tivessem já passado da vontade ao exercício do poder, em muitos aspectos parcelares. Como se as Comissões de Trabalhadores, Soldados, Moradores os Conselhos de Aldeia, as Assembleias Populares não fossem já órgãos através dos quais se expressasse já o poder nascente. Esta linha é uma linha que será reduzida a pó pelo avanço do movimento popular, pelo exercício efectivo do poder local, pelas Assembleias Populares, uma linha que já foi ultrapassada pelas próprias massas.



A 3.ª linha, a linha que o MES sempre apontou, no início caluniada (quando o Poder Popular não era ainda uma realidade viva, quando ainda ninguém falava no Poder Popular) como sendo uma posição de intelectuais desligados das massas, depois ganhando crescente influência — é a linha revolucionária. A linha que faz dos órgãos do Poder Popular, das Comissões de Trabalhadores, de Moradores, de Soldados, das Assembleias Populares um instrumento poderoso não para modernizar o aparelho de Estado burguês mas para o destruir, um instrumento poderoso para unir todo o Povo trabalhador na luta contra o fascismo e o capitalismo até à vitória final. A linha revolucionária é que faz do Poder Popular a via concreta da Revolução Socialista, da construção de um novo aparelho de Estado e de um Exército Popular Revolucionário.

— Só eles próprios poderão ter a iniciativa da resolução dos seus problemas.

— Que os charlatões da política, os que muito prometem, só pretendem caçar-lhe os votos, para depois, em nome de uma «maioria» arregimentada pela mentira e demagogia, «pluralista e democraticamente» os atraiçoaem.

GTRL

(Grupo de Transmontanos Radicados em Lisboa)

da intervenção

do camarada Augusto Mateus  
no último comício em Lisboa

## um exemplo a seguir :

# Vale de Gouvinhas (Mirandela)

Vale de Gouvinhas é uma pequena freguesia do Concelho de Mirandela, distrito de Bragança, com apenas uma centena de fogos.

Aquando da queda do fascismo as tão propagandeadas realizações do Estado Novo, fruto do seu imparável progresso, cifraram-se nesta aldeia transmontana, como nas demais, neste quadro deveras elucidativo: falta de água, péssimo arruamento, ausência total de assistência médica e medicamentosa, falta de estócos, estrada intransitável, caminhos e acessos precaríssimos.

Após o 24 de Abril a comissão administrativa da Junta de Freguesia e posteriormente a comissão de moradores eleita (democraticamente, na presença de um militar do MFA, da equipa do Maio-Nordeste) não cruzou os braços perante este espólio desolador. Sentindo-se detentores de um reconquistado poder de decisão, de liber-

dade de acção e iniciativa, sem tutelas caciquieras ou abadescas, sem a luminosa direcção de qualquer cúpula partidária, os habitantes do Vale de Gouvinhas enfrentaram decididos a resolução dos seus imensos problemas.

Meios? Os seus vigorosos braços, o seu magríssimo pé-de-meia, algum apoio técnico e material da comissão administrativa da Câmara de Mirandela.

Vejam agora o que eles conseguiram já:

— Alargamento de um caminho ligando esta aldeia a Valbom Pitez;

— Casa do Povo com médico garantido 2 vezes por semana;

— Água em abundância (trabalhos em andamento marcha que foram buscar ao Rio Tuela a cerca de 4 km);

— O material indispensável a uma rede de estócos urgente;

— O funcionamento de um posto de Tele Escola desde o ano transacto e... (pasmem!) tra-

balham afanosamente na construção de um pavimento para o 5.º ano liceal, que funcionará no próximo ano lectivo.

Isto numa aldeia isolada de apenas 100 fogos, sem apoio ou incentivo oficial, é obra!

Hoje os valgouvinhenses orgulham-se do que já realizaram e sentem-se animados a prosseguir, com ou sem ajuda oficial, sonhando um pouco mais longe: criação de uma cooperativa de produção, meios de escoar os produtos agrícolas, aproveitamento da bacia hidrográfica do Rabaçal, em Rebordele, para a irrigação dos campos, isto porém só possível com a participação das aldeias circunvizinhas.

Se todo o povo de Vale de Gouvinhas merece os mais amplos louvores, é justo salientar aqui a combatividade da sua comissão de moradores e Junta de Freguesia, posta à prova na venda de uns baldios para angariação de fundos para

estas realizações e à qual se opunham os seus utentes e um elemento da própria comissão de moradores. Este elemento foi mais tarde afastado num plenário de aldeia, por não defender os interesses do povo.

Se é na prática, na acção quotidiana que se aprende a teoria revolucionária, os habitantes de Vale de Gouvinhas extrairam deste processo incipientes, mas valiosíssimas lições:

— Que os charlatões da política, os que muito prometem, só pretendem caçar-lhe os votos, para depois, em nome de uma «maioria» arregimentada pela mentira e demagogia, «pluralista e democraticamente» os atraiçoaem.



# VIVA ANGOLA

## REMONTAR AS ORIGENS

Não é inútil recordar o passado a fim de podermos emitir um juízo político sobre a natureza dos três movimentos que disputam o poder em Angola, o MPLA, a FNLA e a UNITA.

Como é sabido, o Movimento Popular de Libertação de Angola foi fundado em 1956, como resultado da fusão do PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola, criado em 1953) e do MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola). Era um verdadeiro movimento de massas com adesões em todo o território, fundado por líderes daquela mesma geração que, em Lisboa, lançou as bases do movimento que havia de derrubar o colonialismo português (Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e muitos outros), e que mais tarde havia de organizar a sua solidariedade militante criando o CONCP (Confederação das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). Herdeiro das tradições de resistência secular do povo angolano à invasão colonial, ambientado nas correntes do nacionalismo africano que amadureceram ao longo da década de 50, o MPLA inicia a luta armada de libertação nacional em 4 de Fevereiro de 1961. Durante 14 anos prossegue um incansável combate de guerrilha contra o exército colonial (o mais numeroso exército em África) e, à semelhança do PAIGC e da FRELIMO, consegue libertar algumas zonas do território; onde instaura uma nova vida social, promovendo a organização popular, com destaque para as tarefas da educação, da saúde, da defesa e da produção, criando embriões da futura sociedade liberta do colonialismo e da exploração.

O carácter progressista do MPLA não podia agradar às forças imperialistas. Na altura, o capitalismo internacional estava interessado em evoluir para fórmulas neocoloniais, fomentando e controlando assim as independências políticas em África. Os americanos incentivaram então a criação de um movimento rival, aproveitando para o efeito a revolta das populações do norte e a rede de missões protestantes em que tinham forte presença. O problema da sucessão de um rei do Congo, em 1955, foi pretexto para o aparecimento da UPNA (União das Populações do Norte de Angola), movi-

mento que preconizava a separação do Congo angolano do restante território. Daí surgiu a UPA (União das Populações de Angola), liderada por Robert Holden, o qual procurava assimilar o nacionalismo africano, embora na prática o seu «nacionalismo» estivesse circunscrito à tribo dos kikongos. Em 15 de Março de 1961 lança o ataque desenfreado e indiscriminado à população branca do norte, sujeitando depois milhares e milhares de vítimas à feroz repressão colonial-fascista. Mais tarde a UPA muda o nome para FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e constitui-se o chamado GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) instalado no Zaire com o apoio de Mobutu, agente da CIA, responsável pela morte de Lumumba e pela submissão do antigo Congo belga ao neocolonialismo. Entretanto o Zaire expulsa os militantes do MPLA do seu território e FNLA passa a combater contra os guerrilheiros do MPLA no interior do país.

Em 1964, o «ministro dos estrangeiros» do GRAE é Jonas Savimbi, que fora simpatizante do MPLA em 1960-61. Em 1966 Savimbi corta com Holden Roberto (que entretanto se tinha angolanizado invertendo os nomes), acusando-o de estar ao serviço do imperialis-

**A convite do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) partiu para Luanda, onde representará o MES nas comemorações da Independência de Angola, o camarada Nuno Teotónio Pereira, membro da Comissão Política Nacional do MES, por convite expresso do Camarada Presidente Agostinho Neto.**

**O Secretariado da CPN do MES Lisboa, 10 de Novembro de 1975**

mo americano; regressa ao MPLA, para depois fundar a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) a partir de uma etnia — os umbundos — do planalto central. Apresentando-se como uma terceira força «independente», mas incapaz de travar uma luta consequente contra o colonialismo, Savimbi passa a colaborar com o Exército português e com a PIDE a partir de 1970 (conforme provam as cartas divulgadas pela revista «Afrique-Asie») e dedica-se sobretudo a atacar os guerrilheiros do MPLA no leste de Angola.

## A EVOLUÇÃO RECENTE

(...) Sendo assim, a evolução lógica da descolonização portuguesa teria sido

o reconhecimento do MPLA como o único e legítimo representante do povo angolano, com o qual se deveriam negociar as modalidades da transferência da soberania, à semelhança do que aconteceu nas outras colónias. Mas duas ordens de factores explicam que a evolução tenha sido diferente:

— por um lado, Angola era uma colónia de forte povoamento branco e o seu riquíssimo território tinha atraído os investimentos da burguesia portuguesa e das potências capitalistas que dominavam todos os grandes circuitos económicos; por isso Angola tinha condições objectivas para constituir um grande campo de manobra para os interesses neocoloniais; acresce ainda o facto de a evolução portuguesa a caminho do socialismo levar a grande burguesia nacional a jogar tudo em Angola, seja recuperando ali o que perdia em Portugal, seja utilizando Angola como trunfo para dificultar ou impedir a construção do socialismo em Portugal, uma vez já perdidas irremediavelmente as posições que tinha em Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

— por outro lado, o 25 de Abril surpreende o MPLA numa situação de relativa fraqueza: pouco antes tinha sido descoberta

uma grave conspiração contra os seus dirigentes, enquanto agentes do colonialismo se infiltravam nas suas fileiras. O caso mais conhecido é o de Chipenda que provocou uma cisão no movimento (Revolta do Leste) e acabou por ir parar à FNLA de Holden Roberto. De resto, a tática de provocar os divisionismos é habitual por parte dos exploradores e dominadores dos povos — em Angola proliferam grupos fantoches que reclamavam a qualidade de partidos políticos e constituíram-se a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) que ainda há pouco proclamou solenemente a «independência» daquele território...

A conjugação destes factores proporcionou graves dificuldades nesta fase do

# 11 DE NOVEMBRO O POVO NO PODER



processo de independência de Angola. As manobras imperialistas multiplicaram-se, encontrando o seu ponto máximo na reunião de Spínola com Mobutu na Ilha do Sal. As ambiguidades do próprio processo português permitiram levar adiante toda uma política cujo fim principal era a marginalização do MPLA e a consolidação do poder neocolonial: a PIDE/DGS nunca foi desmantelada, não houve qualquer saneamento nos quadros militares, apadrinharam-se todos os grupos fantoches (Spínola chegou a recebê-los em Lisboa, em Setembro de 74). E mesmo depois da queda de Spínola os centros de decisão político-militar em Portugal e em Angola continuaram a revelar passividade ou conivência perante a estratégia do imperialismo para Angola.

Assim se chegou ao Acordo do Alvor em Janeiro de 1975. Considerado na altura como o acordo possível e realista face às forças em presença, logo após se revelou como o compromisso impossível, a tentativa de conciliar o inconciliável. O Governo de Transição mal conseguiu funcionar, o Exército Nacional nunca chegou a ser criado. Mas sobretudo a prática foi demonstrado que a vantagem ficava sempre para quem violava os

acordos. A FNLA, que havia entrado em Luanda com grande ostentação de meios bélicos e financeiros ao serviço de métodos nazis, multiplicava as provocações e enveredou claramente, a partir de Março, por uma política agressiva. As sucessivas guerras de Luanda mais não foram do que uma série de agressões violentíssimas por parte da FNLA, massacrando a população civil, provocando muitos milhares de vítimas, torturando selvaticamente patriotas angolanos.

Entretanto a UNITA mantinha o seu habitual oportunismo, procurando disfarçar a sua aliança com a FNLA, na expectativa de se poder atrelar ao vencedor.

Ao longo de todos estes acontecimentos, no Exército português estacionado em Angola reflectiam-se todas as ambiguidades, hesitações e contradições do poder político-militar de Lisboa. Sem motivação para o combate, sem direcção política firme, as Forças Armadas portuguesas nem sequer conseguiram obstar às mais descaradas interferências estrangeiras em Angola: a permanente violação da fronteira com o Zaire e a intervenção das tropas sul-africanas na região do Cune-

## A CONJUNTURA ACTUAL

A actual situação em Angola caracteriza-se pelo desenrolar da poderosa contra-ofensiva popular dirigida pelo MPLA. Perante as constantes violações dos acordos praticadas impunemente pelos outros movimentos, perante a total inoperância do Governo de Transição e da Comissão Nacional de Defesa, a vida em Luanda tornava-se insustentável. Poucos dias depois do encontro de Nakuru no Quênia, o ELNA desencadeou uma nova acção de guerra contra as sedes do MPLA e da UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola) e contra bairros densamente povoados: os musseques Cazenga, Golfe, Sambizanga e Rangel. O povo de Luanda não podia suportar mais. Em cinco dias, entre 9 e 14 de Julho de 1975, libertou a cidade dos invasores. Iniciou-se então uma nova vida, heróica e decisiva fase da luta de libertação nacional que alastrou por todo o território angolano.

Se Portugal não será o Chile da Europa Angola também não será um novo Congo na África MPLA — A Vitória É Certa 11 de Novembro — O POVO NO PODER Centro de Informação e Documentação Anticolonial

Poder Popular

# LIVRE E INDEPENDENTE! extratos do programa aprovado em 1974

## I — PROGRAMA MÍNIMO

O M. P. L. A. luta pela realização do programa mínimo seguinte:

a) Continuar a luta por todos os meios para a liquidação da dominação colonial em Angola de todos os vestígios de colonialismo ou de imperialismo pela independência imediata e completa da Pátria Angolana.

b) Defender constante e essencialmente os interesses das massas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país, constituindo no conjunto a quase totalidade da população de Angola.

c) Aliar-se a todas as forças progressistas do mundo e conquistar a simpatia e o apoio de todos os povos à causa da libertação do povo angolano.

## II — PROGRAMA MAIOR

O M. P. L. A. luta pela realização do seguinte programa maior:

### 1. INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E COMPLETA

a) Liquidação em Angola, e por todos os meios, da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios de colonialismo e de imperialismo.

b) Luta em comum com todas as forças patrióticas num vasto movimento popular, com vista à tomada do Poder pelo povo angolano e a instauração de um regime republicano e democrático, com base na independência total.

c) Abolição de todos os privilégios concedidos pelo regime colonial aos portugueses e a outros estrangeiros.

e) A nação angolana terá o direito sagrado de dispor de si mesma, tanto no plano político, socioeconómico, diplomático, militar e cultural, como noutro plano qualquer.

g) União popular a fim de liquidar toda a tentativa de pressão imperialista e todos os actos de manobras que visem lesar a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de Angola.

### 2. UNIDADE DA NAÇÃO

a) Garantir a unidade de todos os angolanos, reforçar a união e a entreajuda fraternal.

c) Criar as condições que permitam o regresso ao país de todos os angolanos que foram obrigados a exilar-se por causa do regime colonial.

d) Cada etnia terá o direito de utilizar a sua língua, de criar uma escrita própria e conservar ou renovar o seu património cultural.

### 3. REGIME DEMOCRÁTICO

a) Regime republicano, democrático e laico para Angola.

b) Garantia da liberdade de expressão, de consciência, de culto, de imprensa, de reunião, de associação, de residência, de correspondência, etc. para todo o povo angolano.

e) A Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado.

i) A Assembleia do povo de Angola designará um Governo de união nacional que reforce efectivamente a união entre as diferentes camadas sociais e que exprima realmente a vontade da nação e sobretudo das camadas sociais mais exploradas, em favor da liberdade e do progresso de Angola e contra a subordinação política, económica e cultural do país a interesses estrangeiros.

k) O Governo da República de Angola receberá o seu poder da Assembleia do povo de Angola e responderá pela sua política diante desta Assembleia.

### 6. POLÍTICA SOCIAL DE JUSTIÇA E DE PROGRESSO

a) Protecção pelo Estado dos direitos dos trabalhadores, dos camponeses, e de todas as camadas

sociais que defendem activamente a independência de Angola, a soberania e a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país.

b) Abolição do regime de trabalho forçado.

c) Reconhecimento pelo Estado do direito dos trabalhadores de se organizarem em sindicatos.

d) Respeito pela independência efectiva dos sindicatos e das organizações legais dos trabalhadores.

e) Instituição do dia de trabalho de oito horas e aplicação progressiva de novas leis sobre a protecção do trabalhador.

f) Fixação pelo Estado de um salário mínimo dos trabalhadores e aplicação rigorosa do princípio: a trabalho igual, salário igual. Abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica e racia.

h) Igualdade total dos direitos sem distinção de sexo, em todos os planos: político, económico, social e cultural. As mulheres terão rigorosamente os mesmos direitos que os homens.

i) Aplicação da assistência social. Assistência a todos os cidadãos angolanos desprovidos de recursos e vítimas de doenças ou de desemprego



involuntário, ou tenham atingido a velhice, ou estejam inválidos.

j) Liquidação progressiva do desemprego. Garantia de trabalho aos operários, empregados, funcionários e aos jovens que acabem os seus estudos.

k) Assistência privilegiada a todos os cidadãos inválidos em consequência da sua participação activa no combate pela independência de Angola. Assistência às famílias dos que tombaram pela Pátria.

m) Assistência do Estado à mulher grávida e à infância. Protecção às mães solteiras.

n) Liquidação da prostituição, do alcoolismo e do uso da droga.

### 8. DEFESA NACIONAL

a) Criação de forças armadas de defesa nacional, com efectivos suficientes, intimamente ligadas

ao povo e comandadas completamente por cidadãos angolanos.

b) Armar, equipar e treinar imediata e devidamente as forças armadas e unificar a instrução. Estabelecer relações democráticas entre oficiais e soldados. Consolidar a disciplina. No seio das forças armadas desenvolver e fortalecer uma consciência nacional e combater todas as tendências divisionistas.

c) Interdição de bases militares estrangeiras sobre o território nacional.

### 9. POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E PACÍFICA

a) Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo à base dos princípios seguintes: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não agressão, não ingerência nas questões internas, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.

### 10. UNIDADE AFRICANA

a) Solidariedade total com os povos africanos em luta pela sua independência completa.

b) Solidariedade total com os povos e movi-

mentos políticos em luta contra o colonialismo português, fazendo prevalecer no futuro relações especiais com estes povos.

c) Contribuição para a unidade de todos os povos do continente africano com base no respeito da liberdade, da dignidade e do direito ao progresso político, económico, social e cultural de cada um desses povos.

d) União dos povos africanos determinada pela vontade popular livremente expressa e por meios democráticos e pacíficos.

e) Oposição a toda a tentativa de anexação ou de opressão de qualquer povo.

f) No processo para a unidade dos povos africanos, defesa das conquistas políticas, económica, social e culturais das classes trabalhadoras e camponesas de cada país.

# VIVA O MPLA!



Nada justifica que as massas trabalhadoras continuem a permitir que um bando de reaccionários, instalados no Conselho da Revolução e no Governo faça discursos, dite leis, como se representasse os seus interesses

Não faz sentido que a classe operária, os soldados, os marinheiros, os camponeses e restantes trabalhadores explorados deste país aceitem a ditadura de uma burguesia que nem sequer tem força para a impor

Por isso, de todo o lado se levanta um movimento imenso que varrerá do palco da história os actuais governantes e todos o que peristem em enganar o povo para o explorar

A firme tomada de posição dos soldados e sargentos pára-quedaistas (recentemente objecto de nova manipulação por parte de oficiais reaccionários, quando da destruição de Rádio Renascença) que levou ao auto-saneamento de 123 oficiais de Tancos, as posições expressas por Otelio em recente entrevista, (em que este oficial considera viável a Revolução Proletária, a que se opõem os que se querem ficar pela revolução burguesa) são novos dados que se integram nesse movimento geral e que demonstram que o VI Governo de transição e o Conselho da Contra-revolução têm os dias contados

À medida que se concretiza o alinhamento das forças em dois blocos em torno de projectos de classe claramente definidos e antagónicos vai aquecendo progressivamente o clima político de «guerra fria» que nas últimas semanas temos vivido.

Os governantes, contestados de todos os lados, incapazes de governar, tentam desesperadamente mostrar que têm base de apoio, que governam e que têm força para o fazer.

Durante a semana assistimos ao seu esbracejar desajeitado e às suas manobras desesperadas. Os vários episódios saldaram-se quase todos no ridículo. **Se tudo isto não acabar em tragédia, é bem provável que este VI Governo fique assinalado na História com a mais ruidosa das gargalhadas.**

**LIBERDADES SÓ HÁ UMAS, AS NOSSAS E MAIS NENHUMAS!**

Este é um slogan que só por acaso não foi ainda gritado pela burguesia numa das suas manifestações ao «almirante sem medo» (não confundir com o da perna de pau!)

De facto, os que a toda a hora se esgançam a dizer que são pelas liberdades estão já totalmente desmascarados.

A burguesia que tanto se indignou com o caso República, tenta no Século manobra semelhante só que de sinal contrário (o que lhe tira a semelhança toda, claro). Afinal a maioria deixou rapidamente de

o ser, tendo o tiro saído pela culatra ao PS/MRPP. Desesperados com o malogro da sua manobra, tentaram ainda o assalto violento às instalações. É assim que na quarta-feira (já depois de uma frustrada tentativa para impedir a saída do jornal alguns dias antes) uma reduzida manifestação (quando «toca à porrada») o PS mostra-se muito minoritário) chega ao Século. Encontrando pela frente algumas filas de trabalhadores

e militantes revolucionários, dispostos a defender as instalações, os arruaceiros fizeram várias provocações até que, quando os defensores cantavam a Internacional (que pelos vistos irrita esses senhores) desataram à pedrada o que lhes valeu o merecido correctivo. Foi um regalo vê-los fugir rua acima. E se não é a chegada da PM na altura da debandada, é bem natural que os rapaziños do MRPP e da JS levassem para casa mais algumas «recordações».

Entretanto só uma pergunta: no Século, a nosso lado encontramos alguns (não muitos) elementos do PCP. Quando foi da República encontramos a UDP. Será que a cada um só interessam os amigos?

Nós estivemos nos dois, e estaremos em todos os sítios onde se defrontem interesses de classe antagónicos. Nisso nos distinguimos...

Mas não se resumem a isto as manobras da burguesia que necessita desesperadamente de impedir que os órgãos de informação a desmascarem. Não é por acaso que um reaccionário é Ministro da Comunicação e que tem secretários de Estado ligados à PIDE.

O chantagista Almeida Santos fazia a algum tempo saber aos jornais nacionalizados que poderiam perder os subsídios se não passassem a apoiar a política reaccionária do VI Governo... (e viva a liberdade!)

Impotentes perante a força crescente das massas trabalhadoras, os governantes entram pelo caminho da mais violenta repressão.

No MCS, a PSP e a GNR investem selvaticamente sobre os trabalhadores. Fazem vários feridos. A reportagem da TV mostrou eloquentemente o que são esses assassinos em acção. Mas de nada lhes serviu. As massas trabalhadoras não se deixam intimidar. A mobilização aumentou ain-

# Agonia (difícil)

## de um poder reaccionário

da mais. Na Comissão de Luta dos trabalhadores do Ministério foram integrados soldados e elementos de Comissões de Trabalhadores. As seis da manhã o COPCON enviava tropas do RALIS e dos fuzileiros para evacuar os ocupantes do Ministério (ao princípio o comando pretendia evacuar também os trabalhadores, mas face à sua firme posição e à onda de solidariedade que se desencadeara, apenas foram evacuados os reaccionários). Assim, às 8 da manhã, em fuga num jipe da PM acabava a carreira de um fascista que pertencia ao VI Governo.

verno do fascismo. Mas evidência ainda a total fraqueza do VI Governo, sendo precisamente ponto vital da luta de todos os trabalhadores evitar que ele alguma vez ganhe força.

Onde já se viu os próprios órgãos de Governo realizarem sabotagens ao património nacional? Um destes dias se Pinheiro de Azevedo passar à clandestinidade (mantendo-se primeiro Ministro) quem se admirará?

Entretanto na acção são utilizados soldados chegados à pouca de Angola, não se lhes diz o que vão fazer, etc. etc. Isto servirá para mostrar a todos os solda-

família diária a cargo dos ministros do VI (os tais que diziam que a informação era manipulada...) foi esta semana «enriquecida» com o combate Soares Cunhal em muitos assaltos. Verdadeira maratona a deixar a população esfalfada com tão longa prova.

Os dois doutores deixaram claro ao que andam. Soares mostrou ter uma opção de classe bem clara — do lado da burguesia. Cunhal viu-se obrigado a atacar aquele com que insiste em pretender formar o 7.º Governo. Neste momento ele exprime as aspirações das camadas mais recuadas das massas trabalhadoras. O apoio cheio de reticências aos trabalhadores da Renascença e MCS, a persistência com que afirma que o bombista CR tem «cura» com algumas remodelações, mostram bem que o PCP não é neste momento vanguarda de coisa nenhuma, nem tem capacidade para apontar objectivos ou conduzir a ofensiva popular de massas, levando-a à vitória.

**FUMO SOBRE A BURGUESIA**

Para o fim-de-semana temiam-se graves confrontações. CDS, PPD, PS e Retornados preparavam a nível nacional uma manifestação ao seu chefe almirante. Apelavam a toda a burguesia para que se manifestasse, mostrando como é maioritária. Antes, uma manifestação de mulheres (como no Chile) daria o tom.

Os quartéis ficaram de prevenção, a esquerda também. **Afinal... a montanha pariu o rato!**

As mulheres não se chegaram a manifestar. Os populares da Estrela não deixaram!

E os partidários dos dois partidos a nível nacional, não deram para encher a Pr. do Comércio (da estátua para trás não havia quase ninguém, apesar da impressão contrária que dava a reportagem da TV).

Como Salazar em 1961 quando considerou com uma manifestação no mesmo sítio que o «povo» apoiava a Guerra Colonial-Fascista, também Azevedo falou em plebiscito à sua política reaccionária. Mas as massas trabalhadoras se encarregarão de o fazer engolir o plebiscito.

O discurso reaccionário escrito por Almeida Santos mostra bem que interesses representa o almirante que afirma ser contra a extrema direita e a esquerda (esta sem distinções). Entretanto a diminuição de poder de mobilização e a composição social da manifes-

tação mostram também que os trabalhadores que estes partidos enganavam já acordaram na sua maioria.

Aliás quem pode andar enganado quando se apoia o VI Governo com gritos de «Morte ao Careca», «Viva o AMI» e «dissolução da PM». A cena final com os «fuminhos» que provocaram a fuga em pânico dos burgueses ali reunidos deu a tudo aquilo a sua verdadeira dimensão — o grotesco que caracteriza o espectáculo de circo.

As provocações à PM que se seguiram mostram apenas raiva impotente. Aliás já tudo tinha fugido. Aquele «povo» que ali estava custuma pagar a quem lute por ele e não lutar pessoalmente...

A terminar queremos apenas salientar os diálogos saborosos do Almirante com os seus mentores (com destaque para Soares) que os microfones indiscretos deixaram ouvir.

Soares (a meio do discurso) — É preciso pôr calma nisto. Ler um bocadinho mais depressa. E não parar tanto tempo.

Almirante (respondendo) — Pois, pois, mas eles não se calam.

Soares — Continue que eles calam-se. Está a ir ao encontro do que a massa quer ouvir de modo que eles entusiasmassem-se.

Soares (no final) — Foi uma granada lacrimogénea. E preciso dizer que não tem perigo.

Almirante (de imediato para a multidão) — Não tem perigo, o povo é sereno. E apenas fumaça.

Soares — Ven ai a PM. Almirante — Ainda não acabaram com esses gajos?

Soares — Continue sr. Almirante.

Almirante (la propósito de um 2.º helicóptero que surge sobre a praça) — Este é dos nossos! É do AMI. (o outro era de Campos Andrada)

Almirante (de novo para a multidão) — O povo é sereno. Não acabem. Só dois minutos para eu finalizar.

Soares — Acabar! Acabar!

Almirante — Eu quero ler o meu discurso todol (para a assistência) Ninguém arreda pé! Ninguém arreda pé!

Soares — Ninguém arreda! Agora vamos continuar. (Azevedo continua).

(...) Termine! Termine! Termine! (Azevedo diz mais qualquer coisa e termina).

Soares — Agora vamos dizer vitória.

Almirante (ao microfone) — Vitória! Vitória!



Entretanto as antenas da Rádio Renascença eram alvo de um atentado à bomba. Tal atentado viria a ser reivindicado pelo Conselho da Revolução O agente, o famigerado AMI, mostra bem para o que serve.

Este acto é bem próprio de uma burguesia em pânico por não conseguir governar. Ela mostra também claramente como é curto o espaço que separa o VI Go-

dos que «disciplina» o Conselho da Contra Revolução pretende impôr.

Tudo isto torna cada vez mais claro o que já aqui afirmámos — arranjar os almirantes que arranjar, a burguesia não governará!

**CUNHAL-SOARES CONVERSA ELUCIDATIVA**

A semana televisiva, tão rica em propaganda ideológica com conversa em



## RÁDIO RENASCENÇA



Cerca das 6 horas da madrugada do dia 7, os Emissores da Burca da Rádio Renascença, foram brutalmente destruídos por duas bombas.

Quem desencadeou esta acção reaccionária? Terá sido o ELP? O MDLP? Terão sido ex-agentes da PIDE/DGS?

Não! Esta acção terrorista, foi ordenada pelo Conselho da Revolução.

A Rádio Renascença, era um poderoso meio de comunicação, ao serviço dos explorados e oprimidos.

A RR, era uma arma contra a exploração capitalista e, tudo isto, a burguesia sabe-o bem! Sabia que a RR, era um seu inimigo de classe. Por isso, o Conselho da Revolução, demonstrando claramente de que lado da barricada está (do lado dos exploradores e do imperialismo), actuou. Mas, esta acção denota a fraqueza e o terror da burguesia e seus órgãos de poder, VI Governo e Conselho da Revolução, face à ofensiva das massas populares e da sua organização.

As comissões de moradores signatárias, apelam às classes trabalhadoras, para que cerrem fileiras ao lado dos camaradas da Rádio Renascença, pois a luta, é comum. É a luta contra os nossos inimigos de classe, a burguesia e o imperialismo exploradores.

A RÁDIO RENASCENÇA, É DO POVO NÃO É DO CAPITAL

COMISSÕES DE MORADORES DE PENICHE:  
Prageira / Carreiro-Visconde  
Peniche de Cima / Santana-S.José-Lapaduço

# a luta do MCS

Foi em torno da liberdade de expressão que o PS e o PPD assentaram toda a sua campanha demagógica desencadeada no IV e no VI Governos Provisórios para um assalto ao poder que atacou logo de seguida com formas fascistas de controlo e aniquilação dessa mesma liberdade de expressão:

— pressão económica sobre os órgãos de comunicação social progressistas («República», «Século», «Diário de Notícias», «Rádio Renascença»);

— Ataque e extinção da 5.ª Divisão do EMGFA (jornal, rádio);

— Acção coordenada e em força dos jornais de direita contra a luta dos trabalhadores («Jornal Novo», «Tempo», «Luta», «Expresso», etc.);

— Acção terrorista com a intervenção das tropas de choque do MRPP, PS e retornados, etc., contra o «Século» e o «Diário de Notícias»;

— Repressão nazi da GNR-PSP sobre os trabalhadores em luta no Ministério da Comunicação Social;

— Ataque anarcobombista do Conselho da «revolução» sobre a antena

emissora do Rádio Renascença;

— Provocação da manifestação do PS/PPD de apoio ao VI Governo Provisório contra a Emissora Nacional na Rua do Quelhas;

— Ocupação das instalações de rádio, seguida de uma tentativa de censura;

— Expulsão de locutores progressistas da emissora do Rádio Clube dos Açores;

— Ataque bombista ao emissor da Madeira, por forças reaccionárias.

É neste contexto que o Governo de Salvação Nacional se afunda ao tentar, histericamente, manter os últimos redutos da sua dominação de classe burguesa.

A manutenção desse poder de classe só pode ser levado a cabo por uma revitalização do velho aparelho de Estado burguês

Uma parte desta contradição é o caso do tenente-coronel Ferreira da Cunha, elemento comprometido com o C. D. I.

— superpide fascista dos tempos de Salazar e Caetano e que após o 25de Abril vem a ser um dos membros do Gabinete do general Costa Gomes na

Presidência da República e posteriormente secretário de Estado da Informação do MCS.

— Quem está por detrás de Ferreira da Cunha?

— Porque desmente o ministro Almeida Santos a sua culpa quando o próprio Ferreira da Cunha não o desmentiu na Ass. de Trabalhadores perante documentos altamente comprometidos?

A resposta a estas questões é um expoente significativo da desmistificação de um Governo e de um poder de dominação moribundo: que grita pelo socialismo e pratica o fascismo, que prega a liberdade e dinamita os órgãos de informação dos trabalhadores.

Os trabalhadores do MCS souberam com a sua organização, coragem e unidade, responder à provocação

Os trabalhadores do MCS também não estiveram sós, as massas populares, milhares de trabalhadores acorreram a cerrar fileiras em torno dos trabalhadores do MCS e da sua comissão de luta alargada aos

órgãos de poder popular e aos soldados e marinheiros.

A burguesia teve que ceder e o seu método de repressão policial falhou, e ao falhar para os trabalhadores do MCS falhou para todos os trabalhadores. Ferreira da Cunha e os esbirros da PSP-GNR foram postos fora do Ministério.

## OS TRABALHADORES PERMANECERAM

Não resultando este método logo o anarcobombista — AMI — saiu para a rua ao mesmo tempo que saíam os lacaios e a tropa de choque da burguesia do Ministério. O objectivo desta mão elpista traduz bem o desespero de um poder que tenta com os métodos que reprimia em «belos» discursos, dinamitar uma das vozes dos trabalhadores: o Rádio Renascença, que desde as primeiras horas tinha apoiado, revolucionariamente, a justa luta dos trabalhadores do MCS.

Os campos definiram-se. Os trabalhadores do MCS vencerão porque a classe operária e todos os trabalhadores saberão conduzir a ofensiva popular à vitória.

## denunciemos a imprensa reaccionária

Fascistas e sociais-democratas de mãos dadas têm na Imprensa diária do Porto tribuna certa e sempre pronta a dar cobertura às suas manobras. Basta ler, por exemplo, «O Comércio do Porto», para se compreender a forma sistemática como os reaccionários utilizam este pasquim para desenvolver autênticas campanhas de intoxicação da opinião pública de modo a prepararem o terreno para as suas aventuras bombistas e outras.

Camaradas, esta folheta repugnante chega ao ponto de afirmar a propósito dos atentados bombistas que começaram a ser habituais

no Porto que os mesmos são da autoria dos «esquerdistas». É assim que as explosões da Livraria Avante e na Tipografia inova aparecem com «devaneios esquerdistas», camaradas!

Por isso, também não admira que as notícias sobre as actividades do ELP tenham sido sonegadas ou iludidas por este pasquim como aconteceu quando há dias Alpoim Calvão andou por Braga e as autoridades fizeram vista grossa, para já não falar dos artigos demenciados de meia dúzia de escribas que trabalham por encomenda e que se entretêm a demonstrar que é muito possível fazer pior do

que fazia a «Época» antes do 25 de Abril.

Mas em relação a isto, camaradas, o ministro Almeida Santos não toma providências. Prefere instaurar processos sucessivos a jornais como o «Diário de Lisboa» ou o «Diário Popular» que, apesar de erros cometidos, têm estado no essencial ao lado de forças progressistas. Prefere apadrinhar golpadas como a que os sociais-democratas do PS aliados ao bando terrorista MRPP tentaram — sem êxito, aliás — no «Século».

Camaradas, o à-vontade e a confiança de quem tem as costas quentes de «O Comércio



**Comércio do Porto**  
FUNDADO EM 1854  
Director: FERNANDO TEIXEIRA

ANO CXXI — NÚMERO 119  
11 de Maio de 1974

SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1974  
Título: Bolo, 1000/113 — Tel. Telex: COMERCIO-1000-7

do Porto» chega ao ponto de no dia 21 ter publicado nas suas páginas de publicidade este anúncio: «Tem os seus bens congelados? Contacte-nos imediatamente para tratarmos do assunto a nível governamental e internacional. Resposta ao n.º 450». Chegou-se a isto, camaradas. E, que se saiba, também aqui o ministro Almeida Santos não mexeu uma palha para averiguar o que estará por detrás de mais esta manobra. É assim que o ministro Almeida Santos nos vai dando a conhecer as suas «ideias» sobre a Imprensa, numa antevisão perfeita do que será a «sua» Imprensa

no futuro. Eis a «liberdade» de Imprensa que nos prometem!

Mas, camaradas, isso não acontecerá. Pela sua parte, o MES denunciara vigorosamente a manipulação que está a ser feita ou tentada pelos órgãos da comunicação social. O MES sabe demasiado bem o que pretendem, ELP's, MDLP's, CDS's, PPD's e a direcção do PS quando introduzem os seus agentes nos jornais do Porto. O MES, organização revolucionária que põe todas as suas energias na defesa dos exploradores e oprimidos, saberá mostrar aos trabalhadores onde quer que eles se encontrem, o modo como a imprensa burguesa e reaccionária do Porto os está a enganar, lhes está a mentir diariamente para depois os utilizar para os seus desígnios repressivos de reconversão capitalista do nosso país. O MES, pois, diz não à Imprensa burguesa e saberá lutar por uma informação ao serviço das classes trabalhadoras, por uma informação capaz de estimular criticamente o desenvolvimento dos embriões de Poder Popular, por uma informação revolucionária anticapitalista e anti-imperialista que contribua decisivamente para a vitória do proletariado e seus aliados históricos.



# LÍBANO — a guerra civil



A guerra civil no Líbano é normalmente descrita na imprensa burguesa como um complicadíssimo conflito onde homens se matariam por frequentarem igrejas diferentes: a religião, imagine-se, teria enfim vindo provocar o fim da paz na suíça do Médio-Oriente. Quem diria que toda a população dum país harmoniosamente interessada no seu papel de intermediária comercial e bancária poderia pôr fim a tal doce vida por causa de uns quantos

deuses? Pensando segunda vez no caso, o cidadão não acredita. Mas ninguém lhe explica e no fim de contas o Líbano é lá longe.

A realidade é contudo bem diferente das explicações oficiais. O Líbano é antes de mais uma criação do imperialismo, onde, à data da independência, (1926) nem sequer se pode dizer que se tivesse dado a «sua» revolução burguesa. Pululavam as tribos, os grupos religiosos, os grandes senhores com a sua

justiça privada e as suas forças armadas, etnias diferentes e por cima de tudo a ganância, o desenvolvimento fulgurante e anárquico dum capitalismo que começou a destruir as velhas estruturas e atirou cerca de um milhão de libaneses para todos os cantos do mundo. Com o agravar dos conflitos no Médio Oriente afluem sucessivamente ao Líbano elementos das burguesias árabes que com os seus capitais desenvolvem enormes sectores de «compradores», improdutos e especulantes. Mas chegam também, sucessivamente, pouco a pouco, os refugiados palestinos, cujo capital é a raiva de terem sido expulsos pelo sionismo da sua pátria. Generaliza-se a corrupção, o aventureirismo, a anarquia administrativa, a ausência do poder central, incentivando o poder das famílias e clans vários que constituiriam o seu poder na ausência dum outro poder.

Em 1958 os simpáticos marines da VI Esquadra americana, chamados pelo presidente da República, interveem. Pela primeira vez um mal-estar popular se manifestara à luz do dia. E hoje apesar de tudo o «problema religioso» existe? Mas como? Pelos números do censo de 1969 (o último feito, de 6 em 6 anos, secreto, só comunicado quando terminado, ao presidente da República e só depois divulgado) existiam 800.000 chiitas, 700.000 suunitas, ambos muçulmanos, 740.000 cristãos maronitas. São os principais. A tendência nos últimos anos tem sido para o aumento dos chiitas. Os chiitas são os mais pobres, o proletariado da cintura vermelha de Beirute, os camponeses sem terra do norte e sul do país. Existem algumas famílias feudais donde sai o presidente da Assembleia Nacional.

A igreja maronita possui

20 por cento das terras agrícolas, 85 por cento das escolas, 90 por cento dos hospitais, inúmera riqueza imobiliária. O seu chefe, Charbal al-Kassis, é uma sinistra personagem, representante dos interesses imperialistas e sionistas no Líbano. A comunidade maronita é a mais rica e a mais poderosa politicamente: controla quase todos os lugares importantes do aparelho de Estado, e do Exército.

Aparece-nos assim, mais claramente, o conteúdo desta religião. Afinal não é por causa dos deuses e das igrejas.

Mas o que se passa realmente hoje e como nasceu a guerra actual?

Desenvolveu-se nos últimos tempos no Líbano um processo contraditório entre as camadas oligárquicas financeiras e as novas camadas industriais da burguesia nacional. As novas forças industriais exigiam a existência de estruturas que pudessem suportar o seu desenvolvimento que o Estado confessional impotente e desordenado, é incapaz de fornecer. Por outro lado a artificial economia libanesa é extremamente sensível às convulsões económicas mundiais: a inflação foi portanto um poderoso desagregador do poder de compra, principalmente (é sempre assim) dos trabalhadores e alguns estratos pequenos-burgueses.

Outro tipo de condições foi provocado pelo aumento do número de refugiados e da sua resistência armada, e consequências atitudes israelitas contra território libanês. O exército libanês toma posições passivas perante estas agressões, aumentando a consciência, tanto na resistência palestina, como na esquerda libanesa da identidade de interesses que as une.

A eclosão progressiva do

conflito deu-se neste ambiente em que a direita utilizava as actividades da esquerda como pretexto para a sua escalada bélica, aliando as falanges fascistas de alguns enehores a unidades regulares do exército libanês. Mas desta vez a esquerda não é o que era aquando da invasão americana de 1958. A sua força político-militar é grande e o apoio palestino importante. As burguesias libanesa e sionista não o conseguem esmagar. Hoje a esquerda luta para impôr um compromisso político (não um pacto, não uma solução conciliatória) à burguesia que, pondo fim à guerra, reconheça uma orientação democrática e laica para o Estado. Esta solução poderá parecer recuada. Mas a esquerda sabe que não há ainda, hoje, as condições sociais para ir mais longe, que não dispõe ainda de toda a força militar necessária, que não se deve deixar arrastar para uma tática de despaste permanente que só aproveitará a burguesia. Mas lutando pelo fim da guerra civil, impondo uma solução política mais avançada, a esquerda sabe que liquidará, a curto e médio prazo, as estruturas feudais e tribais da burguesia oligárquica e que aumentará a sua margem de manobra no plano institucional, e aprofundará no plano político e de luta de massas os espaços agora conquistados. É por isso que a burguesia resiste denodadamente. É por isso que para impôr um compromisso à burguesia, os camaradas libaneses lutam de armas na mão. Porque a burguesia vê bem o alcance político das cedências que vai ser obrigada a fazer. E por isso, continuando a defender a repartição do poder pelas confissões religiosas, ameaça os palestinos a quem acusa de serem a origem de todos os males do país. Com esta

manobra virá também enfraquecer a esquerda privando-a dum das suas principais ajudas. E assim viram-se nas ruas de Beirute unidades do exército regular libanês acompanhadas de comandos palestinos a assegurarem a defesa das zonas onde não se verificavam conflitos. Que significa para a resistência esta estranha decisão? Duas coisas bem simples: impedir que o exército se ponha ao lado dos falangistas fascistas, impor ao Governo o reconhecimento da sua existência e da sua existência armada. Pois se nem o exército ousa afrontá-lo! Enquanto isto a resistência palestina articula também o seu apoio à esquerda libanesa. E é nesta situação de crise e incapacidade da burguesia, que esta ameaça já com a possível divisão do Líbano em dois dando o norte «às esquerdas» e o sul às «direitas» o que poria um tampão entre os palestinos e Israel. Mas tal só a intervenção imperialista dos EUA o poderia fazer.

E aqui entra a nossa responsabilidade. Devemos continuar a luta para a expulsão dos EUA dos Açores, para que as bases do arquipélago não sejam instrumento de agressão aos povos palestino e libanês em luta.

Aqui está parte da explicação da guerra «religiosa» no Líbano. A luta pelo socialismo em Portugal, a luta dos camaradas libaneses (destaqueemos em especial os nossos camaradas da OACL — Organização de Acção Comunista Libanesa) por um Estado democrático, a luta do povo palestino pelo direito a uma pátria e contra o sionismo são três aspectos de uma e mesma luta que se trava e travará em todo o mundo, até ao fim da exploração do homem pelo homem.

## MES — MOVIMENTO COMUNISTA

### CASTELO BRANCO

Durante a tarde de hoje quando elementos do MES se preparavam para fazer uma banca com livros, um grupo de retornados juntamente com elementos da direita reacçãoária (PS, PPD, CDS, MRPP e PCP (m-l)/AOC) destruíram toda a propaganda de apoio ao MPLA, agredindo elementos do nosso Movimento que se encontravam no local ameaçando-os ainda com frases como: «por esta vez é assim, para a próxima é de caçadeira!»

O MES denuncia este acto como mais uma manobra da direita reacçãoária, que tendo a cobertura do VI Governo Provisório, se permite a acções destas tendentes a intimidar os revolucionários que lutam pelo socialismo.

O MES denuncia ainda as forças militares que contactadas, se recusaram a intervir alegando que à Polícia compete actuar.

Morte ao ELP e a quem o apoiar!

Reacçãoários fora dos quartéis, já!

MPLA, vitória é certa!

Avante pelo Socialismo para construir o Comunismo.

### provocação bombista a um militante do MES

Enquanto Carlucci se passeia pelo norte e se encontra com jornalistas de confiança (dele, naturalmente, mas não só) os atentados bombistas da direita vão-se sucedendo tanto no Porto como na província. As autoridades fecham-se num silêncio cúmplice. Os jornais ou calam ou fazem de conta que se trata de casos accidentais sem implicações políticas.

Na semana que passou, cargas explosivas destruíram automóveis de militantes de partidos de esquerda no Porto, em Chaves e em Valpaços. Entretanto, também a viatura de um militante do MES foi destruída no passado dia 5. A este respeito, o Secretariado da Organização Regional do Norte do Movimento de Esquerda Socialista emitiu o comunicado do seguinte teor:

Rebentou, por volta das 3,20 horas da madrugada de hoje, em Gaia, um petardo num automóvel pertencente a um militante do MES, tendo ficado destruída a frente e estilhaçados os vidros das casas próximas.

A actual política de restauração capitalista e de pactuação com o imperialismo do VI Governo e a

passividade na repressão às actividades terroristas são responsáveis pelo desenvolvimento da ofensiva das forças fascistas que procuram fazer recuar as organizações revolucionárias e o movimento popular de massas e abrir caminho à instauração de um regime autoritário e repressivo, única solução que neste momento a burguesia encontra para perpetuar os seus privilégios de classe.

O MES considera que só é possível combater consequentemente a iniciativa das forças fascistas levando a ofensiva popular à vitória, pois os trabalhadores nada têm a esperar do poder da burguesia.

Os militantes do MES assumem totalmente a sua responsabilidade como militantes comunistas, não cedem nem um milímetro às intimidações e ataques fascistas e multiplicam a sua acção revolucionária no seio das massas populares com vista à destruição do poder burguês.

Secretariado da Organização Regional do Porto do MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA



a propósito da  
revolução de Outubro

# marxismo e insurreição

Entre as deformações do marxismo, uma das mais malevolentes e talvez das mais difundidas pelos partidos «socialistas» reinantes é a menitista oportunista que pretende que a preparação para a insurreição e, de modo geral, a maneira de considerar a insurreição como uma arte, é «blanquismo».

O grande mestre do oportunismo, Bernstein, conquistou já uma triste celebridade levantando contra o marxismo a acusação de blanquismo e, de facto, os oportunistas de hoje não renovam nem «enriquecem» em nada as pobres «ideias» de Bernstein.

Acusam-se os marxistas de blanquismo, porque eles consideram a insurreição como uma arte! Poderá haver mais gritante deformação da verdade quando nenhum marxista negará que foi justamente Marx que se exprimiu sobre este ponto da forma mais precisa, mais clara e mais pre-remptória, declarando precisamente que a insurreição é uma arte, dizendo que é preciso tratá-la como uma arte, que é preciso conquistar os primeiros êxitos e avançar de sucesso em sucesso sem interromper a marcha contra o inimigo, aproveitando a sua desorientação, etc, etc?

Para triunfar, a insurreição deve apoiar-se não numa conspiração, não num partido, mas na classe de vanguarda. A insurreição deve apoiar-se no entusiasmo revolucionário do povo. Eis o segundo ponto. A insurreição deve surgir numa viragem da história da revolução ascendente em que a actividade da vanguarda do povo é mais forte, em que as hesitações são mais fortes nas

fileiras do inimigo e nas dos amigos da revolução fracos, indecisos, cheios de contradições; eis o terceiro ponto. Tais são as três contradições que fazem com que, na maneira de pôr a questão da insurreição, o marxismo se distinga do blanquismo.

Mas, desde que essas condições se encontrem preenchidas, não considerar a insurreição como uma arte, é trair o marxismo, é trair a revolução.

Para provar que este é precisamente o momento em que o partido deve necessariamente reconhecer que a insurreição é colocada na ordem do dia pelo curso objectivo dos acontecimentos, que ele deve tratar a insurreição como uma arte, para o provar, o melhor será talvez empregar o método de comparação e colocar em paralelo as jornadas de 3 e 4 de Julho e as jornadas de Setembro.

Em 3 e 4 de Julho, podia-se, sem faltar à verdade, colocar o problema do seguinte modo: seria preferível tomar o poder, pois de qualquer modo os nossos inimigos acusar-nos-iam de insurreição, e tratar-nos-iam implacavelmente como rebeldes. No entanto, a decisão de tomar o poder nessa altura teria sido um erro, porque as condições objectivas para a vitória da insurreição não estavam reunidas.

1) Não contávamos ainda com o apoio da classe que é a vanguarda da revolução.

Não tínhamos ainda a maioria entre os operários e os soldados das capitais. Hoje temo-la em ambos os sovietes. E foi criada unicamente pelos acontecimentos dos meses de Julho e de Agosto pela experiência

«Dezembro de 1905 confirmou uma outra tese profunda de Marx, esquecida pelos oportunistas: a insurreição é uma arte, e a principal regra dessa arte é a ofensiva — uma ofensiva de uma coragem a toda a prova e de uma inabalável firmeza. Nós não compreendemos suficientemente esta verdade. Nós próprios não estudámos bastante nem ensinámos às massas essa arte, essa regra da ofensiva a todo o custo. Agora devemos, com toda a nossa energia, recuperar o tempo perdido. Não basta agrupar-se em torno das palavras de ordem políticas, é preciso também agrupar-se em torno do problema da insurreição armada.

Não é a passividade que devemos pregar, nem simplesmente a «espera» do momento em que a tropa «passará» para nós. Não! Devemos proclamar a necessidade da ofensiva intrépida e de um ataque armado, a necessidade de exterminar em determinados momentos os que estão a mando do inimigo e lutar da maneira mais enérgica para conquistar para o nosso lado as tropas indecisas.»

das «repressões» contra os bolcheviques e pela experiência da rebelião de Kornilov.

2) O entusiasmo revolucionário não tinha ainda atingido a grande massa do povo. Atingiu-se agora, depois da rebelião de Kornilov. Provam-no os acontecimentos na província e a tomada do poder pelos sovietes em muitos lugares.

3) Não havia então hesitações de uma amplitude política séria entre os nossos inimigos e entre a pequena burguesia indecisa. Hoje, essas hesitações têm uma grande amplitude: o nosso principal inimigo, o imperialismo aliado, o imperialismo mundial — porque os «Aliados» estão à cabeça do imperialismo mundial — vacilou entre a guerra até à vitória e a paz

separada contra a Rússia. Os nossos democratas pequeno-burgueses, que perderam manifestamente a maioria entre o povo, tiveram profundas hesitações, quando se recusaram a formar bloco, quer dizer, a coligar-se com os cadetes.

4) Por conseguinte, em 3 e 4 de Julho, a insurreição teria sido um erro: não teríamos conseguido manter o poder nem física nem politicamente. Fisicamente, se bem que Petrogrado estivesse por momentos nas nossas mãos, porque os nossos operários e os nossos soldados não teriam então aceitado lutar, morrer pela posse de Petrogrado: não havia então essa «exasperação», esse ódio implacável ao mesmo tempo contra os Kerenski e contra os Tséretéli e os

Tchernov; a nossa gente ainda não tinha sido temperada pela experiência das perseguições contra os bolcheviques com a participação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques.

Politicamente não teríamos mantido o poder em 3 e 4 de Julho porque, antes da aventura de Kornilov, o exército e a província poderiam marchar e teriam marchado sobre Petrogrado.

Hoje a situação é completamente diferente.

Temos connosco a maioria da classe que é a guarda da revolução, a vanguarda do povo, capaz de arrastar as massas.

Temos connosco a maioria do povo, porque a partida de Tchernov, se está longe de ser o único sinal,

é no entanto um sinal mais visível e mais concreto de que o campesinato não receberá a terra do bloco socialista-revolucionário (nem dos próprios socialistas-revolucionários). É esse o ponto essencial, que dá à revolução o seu carácter nacional.

Temos por nós a vantagem de uma situação em que o partido conhece seguramente o seu caminho, perante as incríveis hesitações de todo o imperialismo, e de todo o bloco dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários.

Temos por nós uma vitória assegurada, porque o povo está já à beira do desespero, e nós damos a todo o povo uma perspectiva clara mostrando-lhe a importância da nossa direcção. (...)





## A IMPORTÂNCIA DAS C. DE SOLDADOS

1. Nos últimos tempos muitos de nós, soldados e marinheiros viveram lutas dentro dos quartéis e contra os oficiais e comandantes reaccionários. A combatividade, a firmeza revolucionária de muitos de nós produziu muitas vitórias e algumas derrotas.

**Temos é que saber evitar alguns erros para evitar derrotas do futuro.**

### 2. Para isso o que é preciso?

É preciso estarmos organizados nas nossas **Comissões de Soldados** que não podem estar dominadas por partido nenhum.

**As Comissões de Soldados são órgãos autónomos, democráticos, apartidários, representativos de soldados de uma unidade militar.**

São órgãos autónomos porque devem ser eleitos sem pressões da hierarquia militar, porque devem funcionar sem ingerências da hierarquia e porque devem defender os interesses autónomos dos soldados (trabalhadores fardados)

As Comissões de Soldados são **órgãos democráticos** porque devem ser eleitos em amplas Assembleias de Soldados, convocadas para esse efeito e antecedidas de discussão ao nível de Companhia e Pelotão, onde se deve clarificar o que é uma Comissão de Soldados, porque objectivos de luta se deve bater e que tipo de camaradas a devem constituir

As Comissões de Soldados são **órgãos apartidários**, o que não quer dizer que nelas não estejam presentes camaradas com articulação partidária ou militantes de organizações políticas.

São órgãos apartidários porque o programa de luta por que se batem não é o desta ou daquela organização, mas sim aquele que colectivamente é assumido pelos soldados da unidade.

As Comissões de Soldados são **órgãos representativos** dos soldados devendo, portanto, manter a total confiança dos soldados da unidade, o que exige uma prática consequente de massas com frequentes reuniões com os soldados da unidade (Assembleias de Praças) onde a crítica e a autocritica estejam presentes e onde a revogabilidade (destituição democrática) da Comissão de Soldados possa ter lugar, total ou parcialmente. Porque são órgãos representativos devem também poder reunir ou contactar com Comissões de Moradores e de Trabalhadores e Conselhos de Aldeia, em nome dos soldados da sua unidade.

As Comissões de Soldados devem também interpretar a vontade dos soldados e representá-la

como órgãos de poder capazes de impor aos comandos, por mais militaristas e reaccionários que eles sejam, essa vontade colectiva. Deste modo, as Comissões de Soldados, ganhando considerável pelo político na unidade poderão vir a constituir-se em órgãos de massa necessários para a conquista do Poder pela classe operária e seus aliados dentro dos quartéis e também (como as Comissões de Trabalhadores, de Moradores e Conselhos de Aldeia) para o exercício da Ditadura Revolucionária do Proletariado.

### 3. Como eleger as Comissões de Soldados?

Nas unidades progressistas (com comandos progressistas) o problema é de fácil resolução. Com efeito, trata-se apenas de agir em conjunto com os outros elementos de vanguarda, trabalhando a nível de massas e apressando a eleição em termos correctos da Comissão.

Nas unidades com comandos reaccionários há, pelo menos, duas hipóteses a considerar:

- 1.º — Existência formal de A. D. U.
- 2.º — Não existência de A. D. U.

Sendo as A. D. U.'s estruturas legais, algumas vezes existem formalmente mas não são bem vistas pelos soldados. Uma vez são manipuladas pela hierarquia.

Isto imediatamente dá razões suficientes para que os elementos de vanguarda mostrem aos soldados a necessidade de elegerem para a A. D. U. camaradas de confiança e que deem garantias de dedicação.

É além disso também será fácil exigir ao comando a realização de uma Assembleia de Praças para analisar o comportamento dos delegados no caso de isso ser correcto.

No caso de não existir A. D. U., a simples exigência da sua formação (não havendo condições imediatas para a eleição da Comissão de Soldados de forma autónoma) fornece a base necessária ao arranque de um processo de luta.

continua no próximo n.º

# Quem lança bombas na Renascença é o mesmo que grita: 'disciplina, disciplina!'

Camaradas

Na semana passada, enquanto nós soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários, unidos com os trabalhadores exigíamos, frente ao Ministério da Comunicação Social, o saneamento do secretário de Estado reaccionário, tenente-coronel Ferreira da Cunha, altamente comprometido com o regime fascista, fomos surpreendidos pela notícia que a Rádio Renascença tinha sido dinamitada. Imediatamente pensamos que se tratava de mais um atentado bombista do ELP. Mas estávamos enganados, camaradas!

Quem lança bombas sobre a emissora é o mesmo que grita: **disciplina! disciplina!** Quem utiliza a linguagem das explosões e do fogo posto é o mesmo poder que diz **não às milícias populares armadas**. Quem ataca uma emissora ao serviço dos trabalhadores é o mesmo governo que diz querer **respeitar a vontade popular**, quem manda calar uma emissora porque não era afectada ao VI Governo é o mesmo Conselho da Revolução que grita que a **Informação deve ser pluralista!**



Quem agiu dessa maneira, destruindo milhares de contos de material é quem grita que estamos perto do caos económico tentando deitar culpas para os trabalhadores.

A burguesia está em pânico camaradas! A burguesia desmascarou-se mesmo diante daqueles que, devido à sua fraca consciência de classe ainda acreditavam no paleio das «liberdades» do Soares, Carneiro e C.ª.

Nós perguntamos, camaradas: que diferença há entre os atentados terroristas do ELP e este do Conselho da Revolução — VI Governo — AMI?

Mas atenção, camaradas! Nós dizemos que é necessário distinguir entre os contra-revolucionários do Conselho da Revolução, do VI Governo e do AMI e os soldados pára-queidistas que levaram a cabo a protecção aos bombistas da PSP/AMI.

Aqueles que como o cap. Barroca Monteiro, que comandou a força de pára-queidistas, ten. Sá, alf. Esteves e seus acólitos cabe uma responsabilidade histórica, em breve havemos de fazê-los responder pelos seus actos perante todos os que estão empenhados na defesa da luta dos explorados e oprimidos. Os camaradas pára-queidistas foram mais uma vez enganados.

A burguesia, em pânico, não hesita perante a mentira, as medidas repressivas, as tentativas de manipulação desde que com isso consiga os seus fins.

Porque a lógica é esta, camaradas: perante o avanço das forças revolucionárias, perante o crescer da organização dos trabalhadores, perante a organização do Poder Popular, perante as Comissões de Soldados, os SUV, a nossa organização nos quartéis, a burguesia será levada a tentar desesperadamente a defesa dos seus interesses, mesmo à bomba (daí as manobras militares previstas para o passado fim-de-semana, a activação dos aviões da Força Aérea, os «reconhecimentos fotográficos» do porto e doutras cidades). Da bomba na Rádio Renascença aos atentados do ELP vai um passo!

O Governo da burguesia tinha um plano, camaradas. Esse plano passava pelas manobras que davam toda a oportunidade ao fascista Jaime Neves, à PSP e à GNR para invadirem a chamada «comuna de Lisboa»

e eliminarem os revolucionários. A manifestação de domingo daria logo a seguir cobertura política a essa tentativa à Pinochet.

Do golpe de Estado ao atentado bombista tudo lhes serve!

Qual a resposta adequada, camaradas?

Nós dizemos que a resposta adequada é a nossa cada vez maior e mais avançada organização e defesa dos nossos interesses de classe que é a defesa dos explorados e oprimidos.

Se os camaradas pára-queidistas tal como nós, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais reaccionários do quartel, se já tivessem a sua comissão de soldados para assegurar a sua organização autónoma de classe então não teria sido possível o ataque à Rádio Renascença, então ter-se-ia evitado esse acto contra-revolucionário.

Os camaradas pára-queidistas não voltarão a cair num logro da burguesia, pois já estão a dar provas disso!

Essa tem sido a resposta dos soldados sempre que foram, contra sua vontade, utilizados e manipulados pelas

forças contra-revolucionárias. É o caso dos pára-queidistas em 11 de Março e mais recentemente dos soldados que vieram ocupar as rádios e ficaram a defendê-las!

Para já uma certeza, camaradas! Como explicitamente o reconheceu o general Moraes e Silva na sua entrevista, o Conselho da Revolução tem medo do Poder Popular, tem medo das massas populares, sabe de antemão que o contacto entre a classe operária e seus aliados e os soldados ainda não consciencializados resulta na inevitável tomada de consciência por parte destes, resulta na perda de todos os instrumentos de repressão ao serviço da burguesia.

ler na pág. 2:

- POR UMA "CDAP" DEMOCRÁTICA
- QUEM É PIRES VELOSO (2.ª carta)

Havia que evitar o contacto entre os pára-queidistas e os restantes camaradas soldados e trabalhadores. Eis a maior confissão de uma estratégia burguesa de repressão! Eis, ao contrário, o caminho que apontamos aos camaradas pára-queidistas para não mais serem enganados: o contacto com os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários, com os trabalhadores das fábricas e dos campos, a sua organização interna criando órgãos como as comissões de soldados que permitam a expressão organizada dos seus interesses de classe. Desta maneira se retira definitivamente a capacidade à burguesia de executar os seus atentados bombistas (quer venham do ELP quer do Conselho da «Revolução»). Desta maneira nós nos conseguiremos organizar para **levar a ofensiva popular à vitória!**

Reaccionários fora dos quartéis, já!  
O SUV venceu, o SUV vencerá!  
Operários, Camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos!

Em frente pela criação das comissões de soldados!

Morte ao AMI!

Soldados sempre, sempre ao lado do povo!